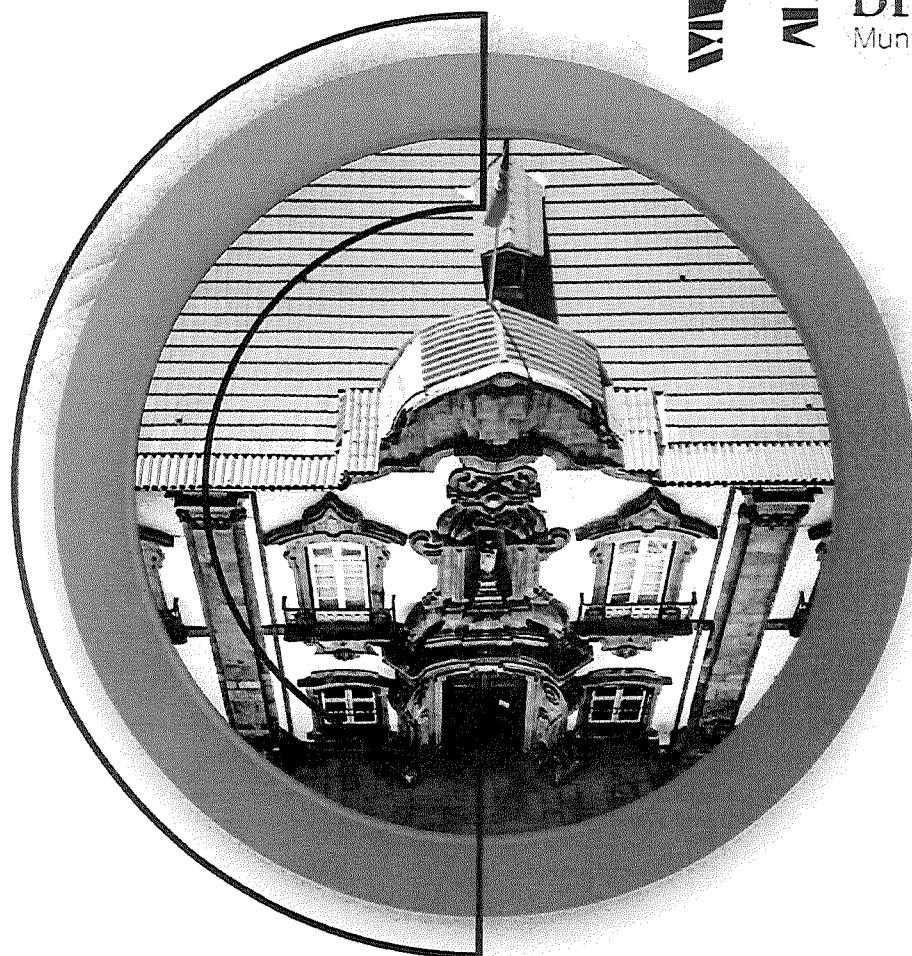




BRAGA
Município



Relatório de Contas Consolidadas

2019

EP 3
Quero
A
MB
B
P
R
R
H
V
P

Esta página ficou propositadamente em branco

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS 2019

Praça do Município
4700-435 Braga
www.cm-braga.pt
municipe@cm-braga.pt

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the word "Braga" and various initials.

Índice Geral

1.	NOTA PRÉVIA.....	5
2.	ENQUADRAMENTO LEGAL	7
3.	GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA.....	8
3.1.	TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM	8
3.2.	AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM.....	8
3.3.	BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.	9
3.4.	Teatro Circo de Braga E.M., S.A.....	9
3.5.	IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.	10
4.	ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL.....	11
4.1.	TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. (TUB)	11
4.2.	Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. (AGERE).....	12
4.3.	Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. (Bragahabit).....	12
4.4.	Teatro Circo de Braga, E.M., S.A. (Teatro Circo)	13
4.5.	InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M. (InvestBraga)	13
5.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	15
5.1.	Demonstração de Resultados Consolidados	15
5.1.1.	Análise da Estrutura dos Custos	16
5.1.2.	Análise da Estrutura dos Proveitos	18
5.2.	Análise da Estrutura do Balanço Consolidado.....	20
5.2.1.	Análise da Estrutura do Ativo Consolidado	20
5.2.2.	Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado	22
5.3.	Indicadores de Análise	24
5.4.	Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal.....	26
6.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	28
7.	ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	32
	I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	32
	II - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	35
	III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação	35
	IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo	38

ep 6 7
Quelco

V- Informações sobre saldos e fluxos financeiros.....	39
VI- Informações relativas a compromissos	40
VII- Informações relativas a políticas contabilísticas	41
VIII – Informações relativas a determinadas rubricas.....	42
IX Acontecimentos após a data do balanço	53

A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Índice de Ilustrações

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados.....	15
Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados.....	16
Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados	18
Quadro 4 – Variação Absoluta e Variações Relativas do Ativo Consolidado	21
Quadro 5 – Variação Absoluta e Variação Relativa do Passivo e Fundos Próprios Consolidados ...	22
Quadro 6 – Rácios de Liquidez	24
Quadro 7 – Rácios de Solvabilidade	25
Quadro 8 – Rácios de Endividamento	25
Quadro 9 - Número Médio de Trabalhadores ao Serviço, Durante o Exercício.....	34
Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados.....	17
Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados	19
Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado	21
Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado	23

R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Handwritten signatures and initials in the right margin:
- Top: "EP7" and a large stylized signature.
- Below: "Lauine" and a signature.
- Further down: a signature inside a circle.
- Below that: a signature with a dollar sign "\$".
- Further down: a signature with a large "R".
- Below that: a signature with a large "h".
- At the bottom: a signature with a large "P" and a question mark "?".

1. NOTA PRÉVIA

A prestação de contas está intimamente ligada à transparência e não deve ter como único objetivo responder à pressão da lei mas, adicionalmente, refletir a obrigação de garantir a transparência no uso dos recursos públicos. A prestação de contas é um dos caminhos da ampliação da cidadania.

Desta feita, a informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pelas entidades que integram o Grupo Municipal de Braga apesar de suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada entidade, não é, no entanto, suficiente para traduzir de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do Grupo como se de uma única entidade se tratasse. Daí, a necessidade de se proceder à consolidação de contas, para que seja possível avaliar o desempenho económico e a situação financeira do Grupo Municipal.

Assim, com este documento pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- melhorar o processo de tomada de decisão;
- potenciar o controlo;
- melhorar a informação financeira do grupo;
- implementar políticas e culturas de gestão do grupo;
- facilitar a comparabilidade temporal e espacial da informação.

Na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI) prevê-se, no artigo 75.º, a obrigatoriedade de os municípios elaborarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Deste modo, no sentido de avaliar de forma integrada o conjunto de atividades desenvolvidas, foram incluídas no perímetro de consolidação do município as seguintes empresas:

- TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM
- Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM
- BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, EM
- Teatro Circo de Braga, EM, S.A.
- IB - Agência para a Dinamização Económica, EM

Como nota referencial, sublinhamos o facto do Plano Oficial de Contas do Setor Público (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, não estabelecer os princípios e normas orientadoras subjacentes à consolidação de contas no âmbito do Setor Público. Entretanto, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a orientação nº1/2010, “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, que estabelece um regime transitório em que “até à publicação de normas de consolidação de contas, previstas nos planos sectoriais ou de norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos” naquela portaria.

Pelo exposto, as contas consolidadas do grupo autárquico cumprem, para além as orientações estabelecidas no diploma identificado no parágrafo anterior, as instruções do SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011.

Nos termos do disposto da mencionada portaria, e conforme estabelecido no ponto 5.2 da Orientação n.º 1/2010 (Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo), os documentos de prestação de contas consolidadas, incluem, para além das diversas demonstrações financeiras como balanço e a demonstração de resultados e o respetivo anexo, o relatório de gestão consolidado.

Assim, o relatório de gestão consolidado contém uma breve análise dos principais agregados, uma vez que a análise detalhada já consta das prestações de contas individuais.

Em relação à apresentação do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidados, estes foram elaborados tendo por base o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo, e o Método de Equivalência Patrimonial para as entidades onde exerce influência significativa.

Handwritten signatures and initials on the right margin:
- Top: "elg" and a large stylized "P".
- Below: "S. Vieira" and "H".
- Further down: "4B" inside a circle.
- A vertical column of various initials and signatures follows, including "B.", "J.", "P.", "A.", and "R".

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O disposto presente no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (REFALEI), prevê a obrigatoriedade de elaboração de Consolidação de Contas dos Municípios, Entidades Intermunicipais e Entidades Associativas com as entidades detidas ou participadas.

Prevê ainda, o mesmo artigo, a definição de grupo autárquico, sendo este composto pelo município, pelas entidades intermunicipais ou entidades associativas e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade com a finalidade de beneficiar das suas atividades.

O nº 5 do art.º 75º do REFALEI estipula ainda a existência de controlo quando se verifica, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou resultado:

- a) a faculdade de vetar orçamentos;
- b) a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- e) a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade;

Ainda relacionado com a temática abordada, o disposto no n.º7 do art.º 75º do REFALEI, determina quais os documentos que devem fazer parte da prestação de contas consolidadas, compreendendo o relatório de gestão e as demonstrações financeiras abaixo indicadas:

- a) Balanço Consolidado;
- b) Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada;
- c) Mapa de Fluxo de Caixa Consolidados e Operações Orçamentais;
- d) Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, com principal foco na divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, o mapa de endividamento médio-longo prazo consolidado e o mapa da dívida bruta consolidada, decomposto por maturidade e natureza.

Em suma, e em concordância com os normativos em vigor designadamente o art.º 75º n.º 4 al. b) e a Lei n.º 50/2015, de 31 de Agosto as entidades que constituem o perímetro de Consolidação do Município de Braga podem classificar-se como entidades de Natureza Empresarial.

3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA

3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM

A empresa TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, E. M. (TUB/EM), capital social de 6.250.000,00 €, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 10 de Dezembro de 1998, com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga, tendo sucedido aos Serviços Municipalizados de Transportes (TUB/SM), tendo por objeto principal a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros na área do Município de Braga.

A sua missão é oferecer soluções de mobilidade e conforto na região, satisfazendo e surpreendendo expectativas dos parceiros envolvidos.

Tem como principais valores: Conforto e Acessibilidade; Informação e Partilha, Património e Tradição; Transparência e Pertença.

A sua Visão é ser reconhecida no domínio da mobilidade urbana integrada, como elemento distintivo na sociedade em termos de identidade coletiva.

A TUB conta atualmente com mais de 345 funcionários, com cerca de 136 viaturas, tendo, em 2019, transportado cerca de 12 413 299 passageiros, atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) próximo dos 7,1 milhões de euros.

3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM

A Empresa Pública Municipal Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM surgiu da transformação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, em Empresa Pública Municipal no dia 1 de Janeiro de 1999, com o objetivo de melhor servir todos os munícipes do concelho de Braga, quer estes sejam consumidores de água, utentes da rede pública de saneamento, ou utilizadores do serviço público de recolha do lixo.

O Município de Braga iniciou um processo de transformação da AGERE em empresa de capitais maioritariamente públicos, alienando 49% do seu capital. Para o efeito, lançou um concurso público

destinado a selecionar o parceiro privado que, em conjunto com a edilidade, explora a atividade de abastecimento público de água, saneamento e higiene e limpeza do município.

A AGERE-EM tem um capital social no valor de 39.000.000 € - C.R.C. Braga, detido a 100% pela Câmara Municipal de Braga até ao dia 22 de Abril de 2005. Neste dia foi efetuada a venda de 49% do capital social ao consórcio de empresas formado pela ABB, a DST e a BragaParques (GESWATER, SGPS).

A AGERE-EM conta atualmente com 523 funcionários, com mais de 89.176 clientes e uma faturação anual superior a 31,3 milhões de euros.

3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.

A empresa BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., capital social de €12 500 000, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 21 de Junho de 1999, com capitais totalmente detidos pelo Município de Braga.

A Bragahabit tem como objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social.

A Bragahabit conta atualmente com 27 funcionários, gerindo um parque habitacional constituído por 749 habitações, tendo, em 2019 atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) próximo dos 1,1 milhões de euros.

3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.

O Teatro Circo de Braga EM, SA, tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios e as orientações do Município de Braga, para a programação anual do Teatro. A empresa tem um capital social de € 500.000, totalmente detidos pelo Município de Braga.

A empresa conta atualmente com 35 colaboradores, tendo em 2019, realizado um conjunto de 441 atividades para um público total de 98.282 pessoas, tendo atingido um volume de negócios próximo do 1 milhão de euros.

EP 12

Que? no

MB

AP.

18

n

3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

A empresa IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M. (InvestBraga), com o capital social de 175 000,00 euros, foi constituída como empresa pública municipal, em resultado da transformação dos Serviços Municipalizados do Parque de Exposições de Braga, nos termos da Lei 58/98, de 18 de agosto, em 10 de dezembro de 1998, cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga, assumindo, na altura a designação de PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M.

Em 28 de fevereiro de 2014, a Assembleia Municipal de Braga aprova a mudança da designação social da empresa municipal PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M. para IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., resultando, posteriormente a alteração dos estatutos da empresa.

A InvestBraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros.

Os objetivos estratégicos da InvestBraga são:

- a) atrair investimento para Braga, que mantenha e crie emprego;
- b) colocar Braga no radar nacional e internacional do investimento e do empreendedorismo, através do desenvolvimento e da promoção das vantagens competitivas e dos recursos do município;
- c) promover o desenvolvimento e a gestão de uma rede local que integre todos os agentes responsáveis pelo crescimento económico;
- d) atrair empresários e empreendedores nacionais e internacionais;
- e) tornar Braga um pólo atrativo e com um ambiente propício para o estabelecimento de investidores, empresários e Startups;
- f) fomentar a criação de Startups de base científica e tecnológica com elevado potencial de internacionalização

A InvestBraga conta com 33 colaboradores tendo, em 2019, atingindo um volume de negócios próximo dos 2,3 milhões de euros.

4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL

O presente relatório expõe o exercício de consolidação de contas de todo o Grupo Autárquico do Município de Braga, no período económico de 2019, representando o esforço de todo o universo municipal de prestação de contas e transparência perante os munícipes.

Para conhecer melhor a atividade do município na sua globalidade, será importante a leitura dos relatórios de atividades e de contas do município, já aprovados em sede de Assembleia Municipal, que agora pode ser complementada com este documento.

Relativamente às restantes entidades que compõe o Grupo Autárquico, evidenciam-se os seguintes resultados:

4.1. TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. (TUB)

Em 2019, os Transportes Urbanos de Braga assinalam um novo aumento do volume de vendas da empresa, acompanhado por um aumento do número de passageiros transportados. O aumento das vendas e serviços prestados fixou-se nos 9,8%, registando-se o aumento de venda de títulos de transporte de 4,66% e de serviços prestados de aluguer de 22,86%. O número de validações aumentou igualmente, cifrando-se nos 12.413.299 passageiros transportados, o que significa um aumento de 4%.

Importa salientar que nos últimos 6 anos de atividade, sem aumento de tarifário, a TUB é a única empresa pública de transporte coletivo de passageiros que registou um aumento do número de passageiros transportados em 21% e uma melhoria dos seus resultados, com o aumento do volume de negócios de 18%.

Apesar da falta de apoios do governo central e do preço exorbitante do gasóleo, estes resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pelos TUB, sem qualquer aumento tarifário, apresentando nos últimos 6 anos resultados líquidos positivos, assegurando assim a sua sustentabilidade, quer em cumprimento dos imperativos legais quer em termos económico-financeiros.

No ano 2019, foi ainda possível aplicar um desconto tarifário de 16% nos passes de carregamento mensal, medida esta que abrangeu um universo de 20 mil pessoas.

Em termos de desempenho económico-financeiro, verificamos que o resultado líquido do exercício é positivo em cerca de 154 mil euros.

4.2. Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. (AGERE)

O ano 2019 ficou decisivamente marcado com os avanços na implementação do projeto de alteração do sistema de recolha de resíduos sólidos no Concelho. O projeto visa a contentorização dos resíduos sólidos, com a instalação de contentores subterrâneos e de superfície na via pública sem descurar a respetiva lavagem.

No decorrer do ano 2019 foi possível alcançar um investimento global de 7,4 milhões de euros, correspondendo a 143,66% de taxa de execução, de acordo com aquilo que se encontrava previsto no PPI 2019-2036.

A AGERE registou no ano 2019 um rácio de água não faturada de apenas 13,76%, o que coloca a empresa num patamar de excelência ao nível da redução das perdas de água.

Durante o ano 2019, destaca-se ainda, a continuidade no investimento efetuado ao nível da telemetria e telegestão, sendo objetivo tornar a AGERE uma referência em termos nacionais. Neste sentido, a AGERE continuou a investir nos contadores com telemetria, o que significa uma taxa de cobertura de 65% da rede.

A situação económica e financeira da empresa no final do 2019 reflete, globalmente, uma boa performance da empresa, tendo alcançado um RLE de 6,6 milhões de euros e um EBITDA de 15,5 milhões de euros, o qual foi conseguido, essencialmente, graças ao efeito do aumento da atividade da empresa, com reflexo no aumento do volume de negócios. Assim, apesar dos novos e ambiciosos projetos realizados, a AGERE tem conseguido manter os seus rácios financeiros acima da média, com a estabilização do rácio de autonomia financeira em 52,32%.

4.3. Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. (Bragahabit)

O ano 2019 ficou ainda marcado pelo início da reabilitação do património público e, designadamente, o arranque das obras de reabilitação integral do bairro de St.^a Tecla e o da reabilitação de 4 blocos nas Enguardas. Este investimento representa 4,5 milhões de euros. Neste exercício foi ainda possível concluir a demolição do bairro social da Ponte dos Falcões.

Refira-se ainda que o Serviço de Apoio Socio Educativo delegado pelo município sofreu uma importante alteração, com a informatização do sistema de gestão de informação SIGA.

Ao nível do desempenho económico e financeiro, a Bragahabit apresenta em 2019 um resultado líquido positivo de cerca de 110 mil euros.

4.4. Teatro Circo de Braga, E.M., S.A. (Teatro Circo)

No que respeita a indicadores, em 2019 verificou-se um ligeiro decréscimo no número de utilizadores (menos 6%) e no número de sessões (menos 10%) comparativamente a 2018. Ainda assim, o número de utilizadores que acederam ao site do Theatro Circo em 2019 (110. 335) é claramente superior à média de utilizadores registados nos últimos quatro anos (98.274).

Em 2019 realizaram-se no Teatro Circo um conjunto de 441 atividades para um público total de 98.282 pessoas.

Há ainda a acrescentar que a empresa municipal tem ainda a seu cargo a gestão de dois projetos estratégicos da cidade de Braga: a coordenação e implementação do plano de ação de Braga Media Arts, com a quase totalidade das ações previstas já a decorrer no terreno ao longo de 2019, e a coordenação dos trabalhos preparatórios para a candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura 2027 que, neste ano se concentraram ainda na definição, em conjunto com os diferentes agentes locais, da estratégia cultural para o período 2020-2030.

Em termos económico-financeiros, em 2019, o Teatro Circo apresenta um resultado positivo de cerca de 4 mil euros.

4.5. InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M. (InvestBraga)

A InvestBraga, criada por este executivo como agência para a dinamização económica do concelho, consolidou-se em 2015 e é hoje considerada um sucesso na captação de investimento e atratividade para Braga, sendo a sua atividade reconhecida como uma mais-valia.

No decurso do ano de 2019, a área de dinamização económica e de atração de investimento da InvestBraga recebeu investidores promotores de mais de 104 projetos de investimento.

No âmbito da diplomacia económica entre Braga e outros países, em 2019, foram organizadas visitas a Braga de 10 Embaixadores estrangeiros em Portugal. Com o objetivo de promover os casos de sucesso empresarial existentes na região, em 2019, a InvestBraga promoveu visitas mensais a empresas da região.

No âmbito da estratégia + Indústria, em 2019 foi dada continuidade à intervenção nos principais parques industriais e áreas de acolhimento empresarial.

Ao nível das feiras, congressos e eventos, no ano 2019 foi possível realizar mais de 205 eventos e atingir os 417.000 visitantes. Em termos financeiros, o exercício 2019 encerra com um resultado positivo em cerca de 109 mil euros.

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

A presente análise foi elaborada tendo em conta a situação patrimonial do Grupo Público do Município de Braga, reportada a 31 de dezembro de 2019.

5.1. Demonstração de Resultados Consolidados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se que o Grupo Municipal gerou um total de **Custos** no montante de **133 milhões de euros** e de **Proveitos** no valor de **141 milhões de euros**, obtendo-se um **Resultado Líquido do Exercício** sem os interesses minoritários de **5,4 milhões de euros**.

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados

	2018	2019
Custos e Perdas		
CMVMC	3 924 792	3 811 039
FSE	38 299 807	39 652 850
Pessoal	45 564 981	48 804 139
Transferências e subsídios	9 142 492	10 241 140
Amortizações do exercício	21 065 213	22 729 633
Provisões	2 191 028	621 240
Outros custos operacionais	3 014 478	3 775 539
Custos e perdas financeiros	617 384	633 920
Custos e perdas extraordinários	2 508 627	2 376 124
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	126 328 801	132 645 624
Proveitos e Ganhos		
Vendas e prestações de serviços	40 415 200	44 650 320
Impostos e taxas	51 663 754	54 137 322
Proveitos Suplementares	120 634	280 792
Transferências e subsídios correntes obtidos	31 347 070	33 735 346
Trabalhos para a própria entidade	1 069 548	707 634
Proveitos e ganhos financeiros	3 176 836	3 231 498
Outros proveitos operacionais	293 718	212 187
Proveitos extraordinários	5 229 180	4 380 356
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	133 315 940	141 335 454
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6 987 139	8 689 830
Interesses minoritários	-3 056 687	-3 251 544
RESULTADO LÍQUIDO APÓS INTERESSES MINORITÁRIOS	3 930 452	5 438 286

5.1.1. Análise da Estrutura dos Custos

O quadro infra reflete os custos incorridos pelo grupo nos anos de 2018 e 2019 e respectivas variações absolutas e relativas.

Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados

Descrição	2018	2019	Peso	Variação 2019/2018	Variação 2019/2018%
61 - CMVMC	3 924 792	3 811 039	2,87%	-113 753	-2,90%
62 - Fornecimentos e serviços externos	38 299 807	39 652 850	29,89%	1 353 042	3,53%
64 - Custo com o pessoal	45 564 981	48 804 139	36,79%	3 239 157	7,11%
63 - Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	9 142 492	10 241 140	7,72%	1 098 649	12,02%
66 - Amortizações do exercício	21 065 213	22 729 633	17,14%	1 664 420	7,90%
67 - Provisões do exercício	2 191 028	621 240	0,47%	-1 569 788	-71,65%
65 - Outros custos operacionais	3 014 478	3 775 539	2,85%	761 061	25,25%
68 - Custos e perdas financeiros	617 384	633 920	0,48%	16 536	2,68%
69 - Custos e perdas extraordinários	2 508 627	2 376 124	1,79%	-132 503	-5,28%
Total	126 328 801	132 645 624	100,00%	6 316 823	5,00%

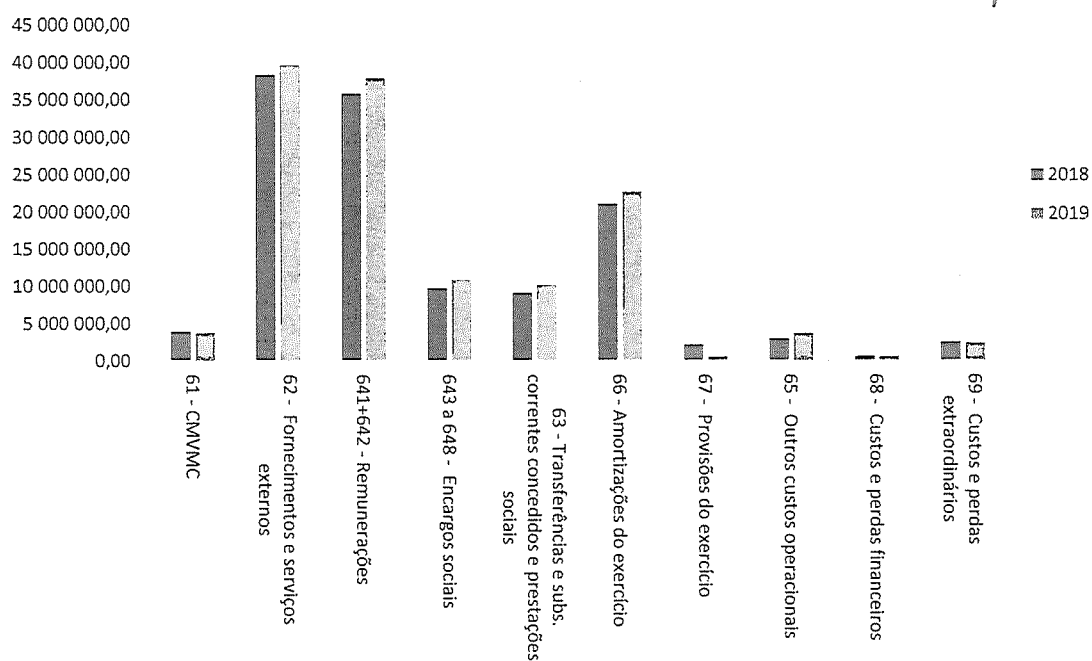
Como verificamos da análise do quadro acima, das oscilações entre os períodos homólogos (2018-2019), realça-se os seguintes pontos, por ordem de grandeza:

- (i) **o aumento dos custos com o pessoal em 3,2 milhões de euros** - este crescimento é justificado pelas reposições salariais, valorizações remuneratórias resultantes do SIADAP, aumento do número de colaboradores, atualização do salário mínimo nacional e os respetivos encargos sociais refletidos na empresa mãe.
- (ii) **a variação positiva das amortizações do exercício de 1,7 milhões de euros** - justificada essencialmente pelo aumento das amortizações inerentes ao processo de transferência de imobilizado em curso para imobilizado firme da entidade consolidante.
- (iii) **o crescimento de 1,4 milhões de euros registado na rubrica de fornecimentos e serviços externos** – decorrente dos aumentos registados nas demonstrações financeiras individuais do grupo público consolidado (Município - 513 mil euros, InvestBraga, EM - 163 mil euros, Teatro Circo, EM - 153 mil euros, TUB, EM - 214 mil euros e a BragaHabit, EM - 185 mil euros).

- (iv) a diminuição de 1,6 milhões de euros na rubrica provisões do exercício - que resulta dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município.

De forma a permitir uma análise visualmente mais facilitadora é apresentado a figura seguinte que ilustra a evolução comparativa dos custos consolidados.

Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados



5.1.2. Análise da Estrutura dos Proveitos

Por comparação com o período homólogo, o grupo municipal regista em 2019 um aumento global dos seus **proveitos em 8 milhões de euros**, o que significa, em termos percentuais, um aumento de 6,02%.

Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados

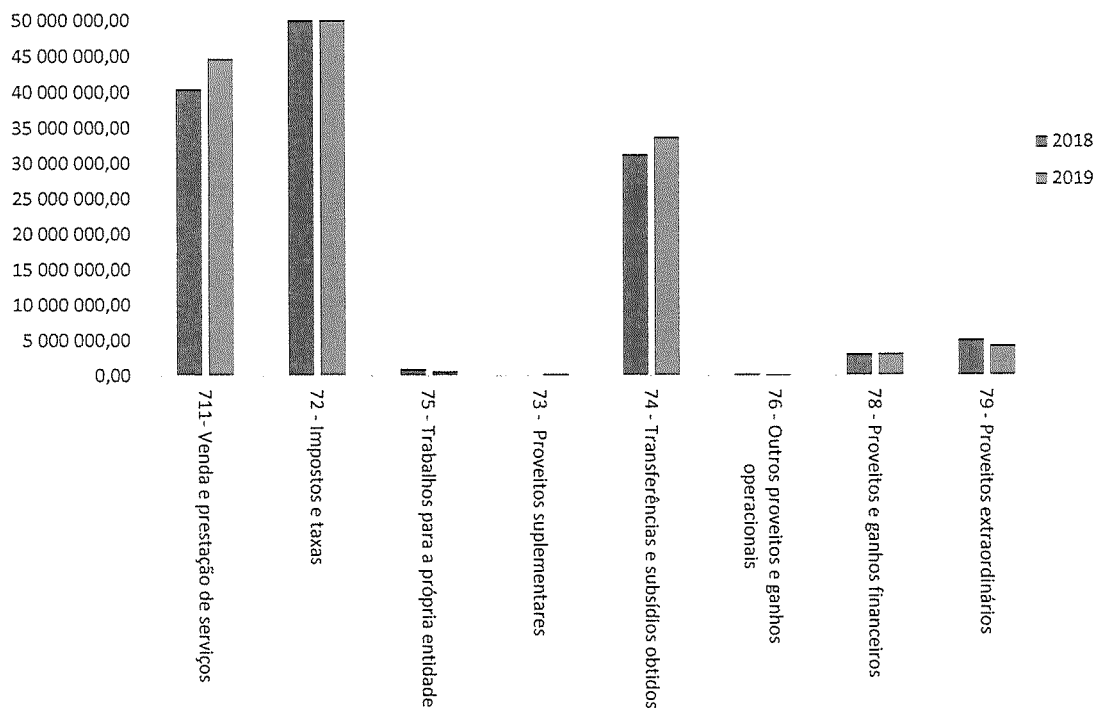
Descrição	2018	2019	Peso	Variação 2019/2018	Variação 2019/2018%
7111 - Venda de mercadorias	8 191	2 919	0,00%	-5 272	-64,37%
7112+7113 - Venda de produtos	7 734 728	7 898 947	5,59%	164 219	2,12%
712 - Prestações de serviços	32 672 281	36 748 455	26,00%	4 076 174	12,48%
72 - Impostos e taxas	51 663 754	54 137 322	38,30%	2 473 567	4,79%
75 - Trabalhos para a própria entidade	1 069 548	707 634	0,50%	-361 914	-33,84%
73 - Proveitos suplementares	120 634	280 792	0,20%	160 158	132,76%
74 - Transferências e subsídios obtidos	31 347 070	33 735 346	23,87%	2 388 276	7,62%
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	293 718	212 187	0,15%	-81 531	0,00%
78 - Proveitos e ganhos financeiros	3 176 836	3 231 498	2,29%	54 661	1,72%
79 - Proveitos extraordinários	5 229 180	4 380 356	3,10%	-848 824	-16,23%
Total	133 315 940	141 335 454	100,00%	8 019 514	6,02%

A variação verificada resulta do comportamento das seguintes rubricas:

- (i) **o crescimento da rubrica de prestações de serviços de 4,1 milhões de euros**— resulta da variação contabilizada globalmente nas demonstrações financeiras individuais do grupo consolidado.
- (ii) **o aumento na rubrica de impostos e taxas, na proporção de 2,5 milhões de euros** – é explicado pela variação ocorrida nas demonstrações financeiras da entidade-mãe, designadamente por uma maior arrecadação de receita do IMT.
- (iii) **o aumento na rubrica de transferências e subsídios obtidos de 2,4 milhões de euros** – como resultado, em grande medida, dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município.

A figura seguinte ilustra a evolução comparativa dos proveitos consolidados do grupo.

Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados



Finalizada a análise à estrutura de custos e proveitos, pode concluir-se que a evolução é bastante positiva, uma vez que os proveitos são bastante superiores aos custos, originando um **resultado líquido do exercício** após interesses minoritários de **5.438.285,60€**.

5.2. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado

Através da análise do balanço é possível apreciar a situação financeira do grupo municipal a 31 de dezembro de 2019, conforme determinam as normas de consolidação de contas autárquicas. Assim, os quadros abaixo refletem a estrutura e a evolução patrimonial deste Município nos exercícios de 2018 e 2019.

	2018	2019
Imobilizado	607 835 610	617 273 899
Existências	920 178	1 066 885
Dívidas de terceiros	13 112 110	13 025 630
Disponibilidades	4 807 778	4 281 650
Acréscimos e diferimentos	35 576 340	39 700 314
ACTIVO	662 252 016	675 348 379
Património	191 586 081	191 586 081
Ajustamentos em partes de capital	5 118 346	4 597 029
Reservas	40 418 047	50 870 240
Resultados transitados	177 914 566	182 571 106
Resultado líquido do exercício	3 930 452	5 438 286
Interesses minoritários	29 589 600	29 769 342
FUNDOS PRÓPRIOS	448 557 091	464 832 084
Provisões para riscos e encargos	7 542 132	7 415 987
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	60 790 013	59 509 150
Dívidas a terceiros - curto prazo	48 592 653	46 557 955
Acréscimos e diferimentos	96 770 126	97 033 203
PASSIVO	213 694 924	210 516 295
FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO	662 252 016	675 348 379

5.2.1. Análise da Estrutura do Ativo Consolidado

O presente quadro reflete o desmembramento do Ativo nas subcontas que o compõem e respetivos valores nos anos de 2018 e 2019, permitindo elaborar uma análise à sua evolução.

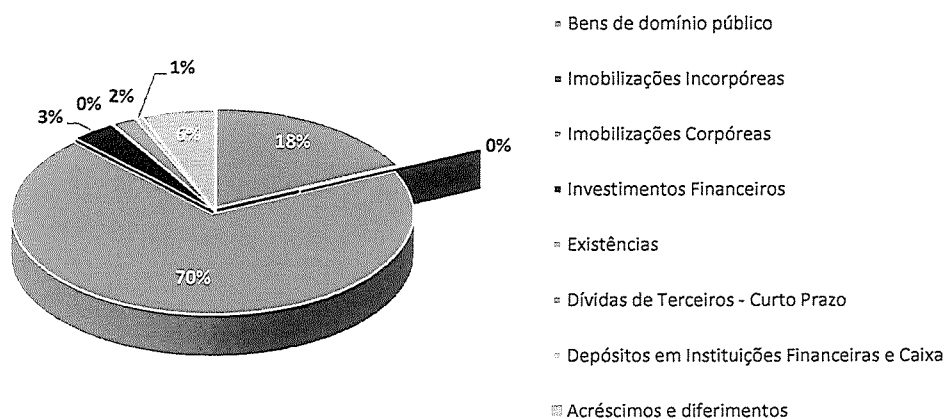
Quadro 4 – Variação Absoluta e Variações Relativas do Ativo Consolidado

Descrição	2018	2019	Peso	Variação 2019/2018	Variação 2019/2018 %
Bens de domínio público	115 444 737	121 444 719	17,98%	5 999 982	5,20%
Imobilizações Incorpóreas	294 914	411 464	0,06%	116 550	39,52%
Imobilizações Corpóreas	467 511 206	471 096 633	69,76%	3 585 426	0,77%
Investimentos Financeiros	24 584 753	24 321 084	3,60%	-263 669	-1,07%
Existências	920 178	1 066 885	0,16%	146 707	15,94%
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazos	0	0	0,00%	0	0,00%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	13 112 110	13 025 630	1,93%	-86 480	-0,66%
Títulos Negociáveis	0	0	0,00%	0	0,00%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	4 807 778	4 281 650	0,63%	-526 127	-10,94%
Acréscimos e diferimentos	35 576 340	39 700 314	5,88%	4 123 974	11,59%
Total	662 252 016	675 348 379	100,00%	13 096 363	1,98%

Relativamente às rubricas que constituem o **Ativo Consolidado do Grupo**, verificamos um aumento de 1,98%, face ao mesmo período do ano passado, representando um acréscimo efetivo de 13,1 milhões de euros.

Numa análise mais detalhada, verificamos que são as rubricas do **ativo imobilizado** que mais contribuíram para esta variação, nomeadamente a rubrica de **bens de domínio público**, com um aumento de 6 milhões de euros, seguida das **imobilizações corpóreas**, com uma variação de 3,6 milhões de euros. O comportamento desta grandeza do ativo é resultado do forte investimento registado essencialmente nas demonstrações financeiras individuais do município.

Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado



5.2.2. Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado

À semelhança das rubricas analisadas anteriormente, também a Estrutura de Fundos Próprios e Passivo registou um acréscimo no ano de 2019, ascendendo a um valor de cerca de 13,1 milhões de euros, evidenciado por uma variação relativa positiva de 1,98%.

Quadro 5 – Variação Absoluta e Variação Relativa do Passivo e Fundos Próprios Consolidados

Descrição	2018	2019	Peso	Variação 2019/2018	Variação 2019/2018 %
Fundos Próprios	448 557 091	464 832 084	68,83%	16 274 992	3,63%
Provisões para riscos e encargos	7 542 132	7 415 987	1,10%	-126 146	-1,67%
Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo	60 790 013	59 509 150	8,81%	-1 280 863	-2,11%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	48 592 653	46 557 955	6,89%	-2 034 698	-4,19%
Acréscimos e Diferimentos	96 770 126	97 033 203	14,37%	263 077	0,27%
Total	662 252 016	675 348 379	100,00%	13 096 363	1,98%

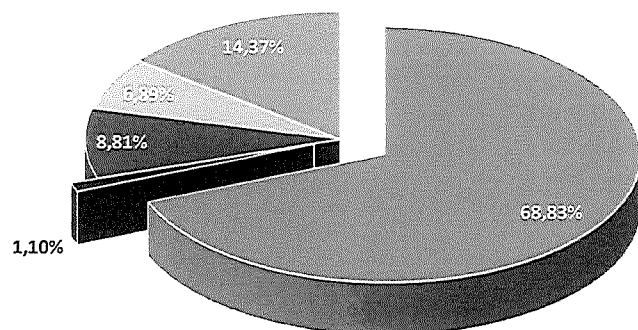
Relativamente aos **Fundos Próprios** registou-se em 2019 uma variação relativa de 3,63%, originando um aumento em termos absolutos de 16,2 milhões de euros. A explicação reside principalmente nas desmonstrações financeiras individuais do município.

Relativamente às **dívidas de médio e longo prazo**, a variação verificada (-1,3 milhões de euros) reflete essencialmente o cumprimento do serviço da dívida.

A rubrica de **dívidas a terceiros de curto prazo** apresenta uma variação negativa de 2 milhões de euros, explicada essencialmente pela diminuição da dívida de curto prazo do município e explicada aquando da apresentação do relatório de gestão e contas individual.

Em termos percentuais, verificamos que os Fundos Próprios representam 68,8%, sendo que os acréscimos e diferimentos representam 14,5% e as dívidas a terceiros de médio e longo prazo 8,8%, do total dos Fundos Próprios e Passivo.

Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado



- Fundos Próprios
- Provisões para riscos e encargos
- Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo
- Dívidas a Terceiros - Curto Prazo
- Acréscimos e Diferimentos

5.3. Indicadores de Análise

Os indicadores de liquidez permitem analisar o equilíbrio entre as aplicações e obrigações, por outras palavras, avaliam a capacidade do grupo fazer face aos seus compromissos de capital próprio. No exercício económico de 2019, estes indicadores apresentam uma evolução favorável, com especial relevo para o rácio de liquidez geral (que incide sobre a capacidade de fazer face às responsabilidades de curto prazo) que apresenta uma variação positiva em 0,030 p.p.

Por outro lado, através do quadro seguinte é ainda possível verificar que o ativo circulante (60 milhões de euros) é inferior ao passivo circulante (143,6 milhões de euros), originando um rácio de Liquidez Geral de 0,404.

Quadro 6 – Rádios de Liquidez

	2018	2019
Ativo Circulante	54 416 405,75	58 074 479,80
Passivo Circulante	145 362 779,26	143 591 158,10
Liquidez Geral (LG)	0,374	0,404
Ativo Circulante-Existências	53 496 227,35	57 007 594,41
Passivo Circulante	145 362 779,26	143 591 158,10
Liquidez Reduzida (LR)	0,368	0,397
Meios Financeiros Líquidos	4 807 777,82	4 281 650,33
Passivo Circulante	145 362 779,26	143 591 158,10
Liquidez Imediata (LI)	0,033	0,030

Para o cálculo da Autonomia Financeira, utilizamos o quociente entre os Fundos Próprios e o valor total do Ativo. Mais se acrescenta que este rácio pode variar dependendo da política económica utilizada pelo grupo. O valor referente aos anos de 2018 e 2019 permite-nos concluir que o grupo financia maioritariamente o seu ativo recorrendo a fundos próprios.

Podemos destacar que o rácio de autonomia financeira de 2018 para 2019 teve um ligeiro acréscimo de 1%, no entanto deverá manter-se uma política económica mais conservadora com a vista à redução do seu endividamento.

Relativamente ao rácio de solvabilidade, o grupo apresenta um relativo equilíbrio visto que os fundos próprios são superiores aos capitais alheios.

Quadro 7 – Rádios de Solvabilidade

Rádios de Solvabilidade	2018	2019
Autonomia Financeira	67,73%	68,83%
Rácio de Solvabilidade	2,10	2,21
Rácio de Solvabilidade Reduzida	6,68	6,94
Rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios	47,64%	45,30%

No que respeita ao rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios é possível concluir que o grupo tem reduzido de forma gradual o seu nível de endividamento, podendo esta conclusão ser reforçada pelo rácio de autonomia financeira.

Quadro 8 – Rádios de Endividamento

Rádios de Endividamento	2018	2019
Rácio de Endividamento	32,27%	31,18%
Rácio de Endividamento Médio e longo Prazo	31,98%	31,79%
Rácio de Endividamento Curto Prazo	21,95%	21,26%

No que respeita aos indicadores de endividamento, a evolução registada vai de encontro aos resultados comprovados anteriormente, verificando-se uma diminuição do rácio de endividamento de médio e longo prazo.

Em termos globais e mediante o conjunto de indicadores selecionados para esta análise financeira é possível concluir-se que a situação financeira do grupo é favorável e equilibrada, em resultado de uma conjuntura económica mais favorável e de políticas de contenção de custos e de melhoria de eficiência.

5.4. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal

O nível de endividamento do Grupo Municipal, apurado por recurso ao balanço consolidado, ascende a 210 516 294,85€, líquido de saldos credores decorrentes de operações recíprocas, assim apurado. Contudo, se ao valor total excluirmos o saldo relativo a acréscimos e diferimentos no valor de 97,03 milhões de euros, verificamos que o total do endividamento é na ordem dos 113,48 milhões de euros.

Código das contas POCAL	Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza	Consolidado
	PASSIVO:	
292	Provisões para riscos e encargos	7 415 986,67
		7 415 986,67
	Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo	
221	Fornecedores c/c	626 652,76
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	49 213 736,83
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	3 989 722,59
264	Administração autárquica	0,00
268	Outros Credores	5 679 037,90
		59 509 150,08
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:	
2311	Empréstimos de curto prazo	16 576 531,38
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00
221	Fornecedores c/c	5 624 747,01
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	2 192 432,93
252	Credores pela execução do orçamento	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 247,82
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	2 620 890,30
2618	Fornecedores de Imobilizado receção e conferência	5 899 945,47
24	Estado e Outros Entes Públicos	1 087 033,69
264	Administração autárquica	0,00
262+263+268+217	Outros Credores	12 555 126,19
		46 557 954,79
	Acréscimos e Diferimentos:	
273	Acréscimos de custos	8 863 091,71
274	Proveitos diferidos	88 170 111,60
		97 033 203,31
	Total do Passivo	210 516 294,85

Não obstante, a dívida total do Município de Braga, apurada nos termos do art.º 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ascende a 45 698 319€, conforme demonstra o quadro seguinte:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
121 974 780	01/01/2019						
	56 304 208	286 102	56 590 310	52 986 776		68 988 004	13 797 601
	31/12/2019						
	48 920 084	359 050	49 279 134	45 698 319		76 276 461	15 255 292
Variação da Dívida %							-13,76%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							21 086 058

A aparente discrepância evidenciada nos quadros anteriores resulta dos diferentes perímetros relevantes para o respetivo apuramento.

Desta forma, o Município de Braga apresenta uma situação financeira equilibrada uma vez que a dívida total não ultrapassa o limite legalmente estabelecido, isto é 1,5 vezes a receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

30
 B. AB
 30

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

6.1. Balanço Consolidado

Código das Contas	ACTIVO	Exercícios			
		2019			2018
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	29 696 316,14	1 409 387,00	28 286 929,14	25 952 037,64
452	Edifícios	7 408 276,85	1 856 185,35	5 552 091,50	2 606 827,15
453	Outras construções e infraestruturas	254 497 278,00	174 374 177,19	80 123 100,81	81 118 007,38
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em Curso	7 482 597,06	0,00	7 482 597,06	5 767 864,75
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		299 084 468,05	177 639 749,54	121 444 718,51	115 444 736,92
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00		0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	72 842,59	60 621,51	12 221,08	8 320,52
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	399 242,98	0,00	399 242,98	286 593,24
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		472 085,57	60 621,51	411 464,06	294 913,76
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	98 553 721,37	16 612,09	98 537 109,28	95 139 909,67
422	Edifícios e outras construções	306 561 318,15	51 680 773,18	254 880 544,97	257 455 607,28
423	Equipamento básico	197 921 273,84	97 209 377,86	100 711 895,98	100 439 383,36
424	Equipamento de transporte	10 454 407,05	7 614 374,86	2 840 032,19	2 794 432,19
425	Ferramentas e utensílios	893 074,85	714 936,34	178 138,51	202 290,33
426	Equipamento administrativo	12 186 242,04	10 635 574,26	1 550 667,78	1 389 104,29
427	Taras e vasilhame	20,38	20,38	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	2 304 324,24	1 953 660,79	350 663,45	428 688,01
442	Imobilizações em curso	12 047 580,34	0,00	12 047 580,34	9 661 791,10
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		640 921 962,26	169 825 329,76	471 096 632,50	467 511 206,23
	Investimentos Financeiros				
411	Partes capital	11 944 847,59	0,00	11 944 847,59	13 019 685,39
412	Obrigações e títulos de participação	2 504 241,00	0,00	2 504 241,00	2 504 241,00
414	Investimentos em imóveis	11 869 499,22	3 043 699,38	8 825 799,84	8 909 507,91
415	Outras aplicações financeiras	37 959,02	0,00	37 959,02	22 722,48
441	Imobilizações em curso	1 008 236,47	0,00	1 008 236,47	128 596,50
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		27 364 783,30	3 043 699,38	24 321 083,92	24 584 753,28
	CIRCULANTE:				
	Existências:				

EP 31

[Handwritten signature]

36	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	1 055 839,78		1 055 839,78	908 695,44
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	11 045,61	0,00	11 045,61	11 482,96
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 066 885,39	0,00	1 066 885,39	920 178,40
	Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazos: (a)				
268	Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00		0,00	0,00
	Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	8 300 251,69	4 094 404,24	4 205 847,45	3 916 569,59
212	Contribuintes c/c	0,00	0,00	0,00	137 337,85
213	Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3 366 319,18	2 900 418,29	465 900,89	629 546,66
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	560,58	0,00	560,58	700,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	1 056 904,62	0,00	1 056 904,62	1 021 600,57
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+ 267+268	Outros devedores	7 296 416,45	0,00	7 296 416,45	7 406 354,88
		20 020 452,52	6 994 822,53	13 025 629,99	13 112 109,55
	Títulos Negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	4 251 087,75		4 251 087,75	4 756 235,94
11	Caixa	30 562,58		30 562,58	51 541,88
		4 281 650,33	0,00	4 281 650,33	4 807 777,82
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	37 269 594,72		37 269 594,72	33 222 286,64
272	Custos diferidos	2 430 719,37		2 430 719,37	2 354 053,34
		39 700 314,09	0,00	39 700 314,09	35 576 339,98
	Total de Amortizações		350 569 400,19		
	Total de Provisões		6 994 822,53		
	Total do Ativo	1 032 912 601,51	357 564 222,72	675 348 378,79	662 252 015,94

ed 32

[Handwritten signatures and initials]

Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2019	2018
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	191 586 081,05	191 586 081,05
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	4 597 029,08	5 118 345,60
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	11 587 479,74	10 955 375,30
572	Reservas estatutárias	266 379,73	82 359,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	389 703,72	389 703,72
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	12 996 609,47	3 360 541,37
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos	25 630 067,61	25 630 067,61
59	Resultados transitados	170 582 375,06	166 639 172,89
59	Resultados transitados atribuíveis ao Município	11 988 730,81	11 275 393,28
88	Resultado líquido do exercício	5 438 285,60	3 930 451,52
	Interesses minoritários	29 769 342,07	29 589 600,12
	Total dos fundos próprios.....	464 832 083,94	448 557 091,46
	PASSIVO:		
292	Provisões para riscos e encargos	7 415 986,67	7 542 132,19
		7 415 986,67	7 542 132,19
	Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo		
221	Fornecedores c/c	626 652,76	0,00
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	49 213 736,83	52 624 587,89
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	3 989 722,59	1 375 680,58
264	Administração autárquica	0,00	0,00
268	Outros Credores	5 679 037,90	6 789 744,56
		59 509 150,08	60 790 013,03
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
2311	Empréstimos de curto prazo	16 576 531,38	13 222 355,93
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores c/c	5 624 747,01	6 334 437,88
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	2 192 432,93	2 737 305,73
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 247,82	1 247,82
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	2 620 890,30	3 107 010,83
2618	Fornecedores de Imobilizado receção e conferência	5 899 945,47	6 388 414,69
24	Estado e Outros Entes Públicos	1 087 033,69	1 584 883,56
264	Administração autárquica		0,00
262+263+ 268+217	Outros Credores	12 555 126,19	15 216 996,81
		46 557 954,79	48 592 653,25
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	8 863 091,71	8 921 618,45
274	Proveitos diferidos	88 170 111,60	87 848 507,56
		97 033 203,31	96 770 126,01
	Total do Passivo.....	210 516 294,85	213 694 924,48
	Total dos fundos próprios e do passivo.....	675 348 378,79	662 252 015,94

CP 23
 [Handwritten signatures and initials]

6.2. Demonstração de Resultados Consolidado

Código das Contas		2019		2018	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		3 811 038,97		3 924 791,58
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos:		39 652 849,67		38 299 807,20
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	37 932 463,02		35 824 896,76	
643 a 648	Encargos sociais	10 871 675,60	48 804 138,62	9 740 084,61	45 564 981,37
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		10 241 140,40		9 142 491,74
66	Amortizações do exercício		22 729 632,98		21 065 213,10
67	Provisões do exercício		621 239,85		2 191 027,85
65	Outros custos operacionais		3 775 539,13		3 014 477,75
	(A) Custos e Perdas Operacionais		129 635 579,62		123 202 790,59
68	Custos e perdas financeiros		633 919,95		617 383,71
	(C) Custos e Perdas Correntes		130 269 499,57		123 820 174,30
69	Custos e perdas extraordinários		2 376 124,21		2 508 626,95
	(E) Custos e Perdas do Exercício		132 645 623,78		126 328 801,25
88	Resultado líquido do exercício.....		8 689 829,96		6 987 138,53
	(X)		141 335 453,74		133 315 939,78
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	2 918,61		8 190,77	
7112+7113	Venda de produtos	7 898 946,94		7 734 728,21	
712	Prestações de serviços	36 748 454,64	44 650 320,19	32 672 280,56	40 415 199,54
72	Impostos e taxas		54 137 321,59		51 663 754,11
(a)	Variação da produção		0,00		
75	Trabalhos para a própria entidade		707 633,84		1 069 547,83
73	Proveitos suplementares		280 792,06		120 633,80
74	Transferências e subsídios obtidos		33 735 345,86		31 347 069,90
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		212 186,52		293 717,98
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		133 723 600,06		124 909 923,16
78	Proveitos e ganhos financeiros		3 231 497,66		3 176 836,23
	(D) Proveitos e Ganhos Financeiros		136 955 097,72		128 086 759,39
79	Proveitos extraordinários		4 380 356,02		5 229 180,39
	(F) Proveitos Totais		141 335 453,74		133 315 939,78
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		4 088 020,44		1 707 132,57
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		2 597 577,71		2 559 452,52
	Resultados Correntes: (D - C)		6 685 598,15		4 266 585,09
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		8 689 829,96		6 987 138,53
	Interesses Minoritários		-3 251 544,36		-3 056 687,01
	Resultado Líquido do Exercício após Interesses Minoritários		5 438 285,60		3 930 451,52

28/3/2020

Supine

7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Participação 51% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

É uma empresa pública municipal que tem como atividade principal a captação, tratamento e adução de água e sua distribuição para consumos domiciliários e outros, mediante venda direta. A sua sede localiza-se na Praça Conde Agrolongo, nº 115 em Braga.

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

Tem como atividade a promoção e gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, assim como, a prestação de serviços na área da educação e ação social. A sua sede localiza-se na rua D. Paio Mendes, nº 51 em Braga.

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. - Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

A Investbraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais e estrangeiros. A sua sede localiza-se na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves em Braga.

TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

A TUB tem como objeto a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros. Pode também exercer atividades acessórias, designadamente atividades complementares ou subsidiárias de exploração dos transportes coletivos de passageiros e de transportes escolares. A sua sede localiza-se na Rua Quinta de Santa Maria – Maximinos – Braga.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number 35 and several illegible signatures.

TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

O Teatro Circo de Braga tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da câmara municipal de Braga para a programação anual do teatro. A sua sede localiza-se na Avenida da Liberdade, 697 – Braga.

Advém realçar que o Município de Braga controla indiretamente, por intermédio da AGERE, a sociedade BRAVAL detendo aquela (AGERE) 79% desta. Não obstante, considerando o disposto no n.º 2 do art.º 68.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e atendendo a que nas contas da AGERE foi utilizado o método da equivalência patrimonial para a relevação da participação financeira na BRAVAL, optou-se por não utilizar outro método de consolidação/ajustamento.

De acordo com informação da empresa participada AGERE, o prazo de concessão da BRAVAL termina em 2021, encontrando-se atualmente a aguardar a resposta ao pedido de renovação da concessão.

Após obtenção da referida renovação, a AGERE começará o processo de reorganização societária e da detenção da participação financeira da BRAVAL, de acordo com todos os normativos aplicáveis, tendo já desencadeado o processo de avaliação da mesma, para o efeito.

Outras entidades participadas:

Participações em entidades societárias	Participações em entidades não societárias
ABC de Braga-Andebol SAD	ANMP- Assoc. Nac. Municípios Portugueses
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga	APMCH - Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro
MARB - Merc. Abast. da Região de Braga, SA	CIM Cávado-Comunidade Intermunicipal do Cávado
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Fundação Bracara Augusta
	Eixo Atlântico Noroeste Peninsular
	Turismo do Porto e Norte de Portugal
	Associação de Municípios de fins específicos
	Quadrilátero Urbano
	Associação de Turismo do Porto
	Fundação Serralves

1.2) Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável.

1.3) Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Designação
ABC de Braga-Andebol SAD
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

1.4) Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação, repartido por categorias

Quadro 9 - Número Médio de Trabalhadores ao Serviço, Durante o Exercício

Categoria	N.º de Funcionários	TUB	Investbraga	Bragahabit	Agere	Teatro Circo	Município
Dirigente Superior	6	0	0	1	2	1	2
Dirigente Intermédio	61	0	7	3	19	4	28
Comandante Bombeiros	1	0	0	0	0	0	1
Técnico Superior	244	2	12	13	35	12	170
Assistente Técnico	366	11	2	10	59	15	269
Assistente Operacional	1404	78	12	0	405	3	906
Bombeiros	94	0	0	0	0	0	94
Informática	18	0	0	0	3	0	15
Polícia Municipal	50	0	0	0	0	0	50
Fiscal Municipal	5	0	0	0	0	0	5
Chefe de Serviços Administrativos escolar	6	0	0	0	0	0	6
Fiscal Serv. Higiene e Limpeza	1	0	0	0	0	0	1
Outros	271	254	0	0	0	0	17
Total	2527	345	33	27	523	35	1564

1.5) Métodos de Consolidação

Os métodos de consolidação adotados na consolidação de contas do Município de Braga foram o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number 37 and various initials.

O Método de Consolidação Integral consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas

Ao preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram agregadas as Demonstrações Financeiras do município e das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, custos e perdas e de proveitos e ganhos. Foi eliminada a quantia escriturada da participação financeira do município em cada subsidiária e a parte do capital próprio em cada entidade consolidada.

Os interesses minoritários nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas foram identificados separadamente do capital próprio do município (AGERE – 49%).

Os saldos, transações, custos e perdas e proveitos e ganhos intra – grupo foram identificados, conciliados e eliminados por inteiro.

II - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

2.1) - Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.

2.2) - Afastamento da aplicação das normas de consolidação para obter uma imagem verdadeira e apropriada

O Município de Braga aplica o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e as empresas municipais aplicam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, o que dificulta a harmonização das operações, critérios e políticas contabilísticas, como ocorre com as amortizações/depreciações e provisões ao abrigo do SNC/Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro – Regime de Reintegrações e Amortizações.

III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação

3.1) - Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

EP 33
 Sessão
 A
 MB
 P.
 J.
 PL.
 X
 M

ELIMINAÇÃO DO MEP

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
411		15 955 304,77
551	23 797 401,86	7 993 969,38
553	4 806 934,36	6 903 318,80
78	3 760 739,37	
59	335 914,30	1 848 396,94
TOTAL	32 700 989,89	32 700 989,89

ELIMINAÇÃO DE SALDOS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
211		4 274 526,48
221	796 871,21	
228	1 754 752,48	
264	770 103,45	425 000,00
268	12 413 730,81	13 061 263,96
271		13 187 078,14
421	1 109 949,35	450 000,00
422	453 465,28	973 900,00
482	25 361,95	171 515,63
273	1 759 610,09	
576	1 568 900,00	
59	13 480 032,72	1 589 493,13
TOTAL	34 132 777,34	34 132 777,34

ELIMINAÇÃO DE TRANSAÇÕES

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
62		1 986 845,78
63		9 260 235,65
66	9 800,98	12 173,75
712	2 434 243,21	
74	11 885 960,83	
271		3 061 776,91
59	3 048,04	12 020,97
TOTAL	14 333 053,06	14 333 053,06

Nota: A conta 271 refere-se ao Contrato Programa da AGERE de 2019 que, como apenas está refletido na AGERE, gera necessariamente um efeito em contas de balanço, ao nível das eliminações no exercício de consolidação.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large '39' and various initials.

ELIMINAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
51	58 425 000,00	
55	4 535 017,18	
571	2 601 245,11	
572	255 933,46	
574	4 159,07	
59	11 442,89	
41		39 315 000,00
Interesses Minoritários (Resultados)	3 251 544,36	
Interesses Minoritários (Balanço)		29 769 342,07
TOTAL	69 084 342,07	69 084 342,07

Foi ajustado para efeitos de contas consolidadas, o montante reconhecido em resultados do exercício e resultados transitados, decorrentes dos contratos-programa, na participada AGERE no montante de 16.248.855,05 euros, em virtude de não estarem visadas pelo Tribunal de Contas e assim não serem passíveis de reconhecimento pelo Município de Braga.

3.2) - Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior.

Não aplicável.

3.3) – Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

3.4) – Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.

Não aplicável.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

3.5) – Informações que se tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação.

Não aplicável.

3.6) – Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram.

Não aplicável.

3.7) – Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização.

Não aplicável.

3.8) – Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

Não aplicável.

IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

4.1 – Mapa de endividamento consolidado de médio e longos prazos (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) e Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

	Conta Patrimonial	Entidade Credora	N.º Empréstimo	Valor Contratado	Data de Vencimento	Capital em dívida 31/12/2018	Capital Amortizado no Período	Capital em dívida 31/12/2019
Município	2311111	Caixa Crédito Agrícola		5 000 000,00 €	31/12/2018	0,00€		0,00€
	23121127	BBVA	978660000347	15 000 000,00 €	26/06/2023	4 166 666,70 €	833 333,32 €	3 333 333,38 €
	23121123	BPI	3088448830003	15 000 000,00 €	14/01/2023	4 336 734,49 €	953 280,45 €	3 383 454,04 €
	23121125	BT	6623/00071504096	5 000 000,00 €	06/01/2023	1 249 999,97 €	277 777,78 €	972 222,19 €
	23121126	DEXIA	39150023	20 000 000,00 €	03/05/2022	4 324 324,34 €	1 081 081,08 €	3 243 243,26 €
	23121124	BT	0000/30090210501	19 903 831,77 €	22/03/2022	3 870 189,39 €	1 105 768,44 €	2 764 420,95 €
	23121121	C.G.D.	PT00350171003265791	6 234 973,71 €	20/05/2019	208 996,63 €	208 996,63 €	0,00€
	23121122	BFB/BPI	8238788830002	2 992 787,38 €	18/09/2022	587 752,58 €	146 938,14 €	440 814,44 €
	23121111	C.G.D.	PT00350171003310691	14 963 936,91 €	31/07/2021	3 288 023,02 €	1 096 007,68 €	2 192 015,34 €
	23123111	DGTF	0030E148492009.01	1 803 252,00 €	02/07/2019	180 325,20 €	180 325,20 €	0,00€
	23121114	BBVA	97148000258	1 865 000,00 €	03/12/2019	233 125,00 €	186 500,00 €	46 625,00 €
	23121110401	Vários Investimentos autárquicos	58026301554	8 500 000,00 €	29/10/2034	0,00€	0,00€	5 800 000,00 €
	23121120601	Reabilitação do mercado municipal de Braga	Norte-05-2316-FEDER-000067	727 511,19 €	21/11/2034	0,00€	0,00€	242 503,73 €
Instituições Financeiras	23121120602	Promoção da mobilidade pedonal	Norte-05-1406-FEDER-000101	1 000 510,95 €	28/11/2034	0,00€	0,00€	333 503,65 €
	25111123	Santander				75 000,00 €	75 000,00 €	0,00€
Teatro e Circos	25111101	Banco Credibom	10001823966	8 299,80 €	11/09/2019	1 474,70 €	1 474,70 €	0,00€
	25141/121	Banco BPI, SA	Cartão de crédito/CC			555,65 €		35 126,65 €
AGERE	251112	BCP	Conta corrente	340 000,00 €		260 000,00 €		447 500,00 €
	2511101 / 2511201	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A.	0171.003314.991	2 743 388,43 €	06/04/2021	414 997,93 €	165 753,45 €	249 244,48 €
	2511102 / 2511202	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A.	116535811	50 000 000,00 €	27/06/2031	28 409 090,84 €	2 272 727,28 €	26 136 363,56 €
	2511111 / 2511211	BANCO SANTANDER TOTTA S.A.	308718487096	1 000 000,00 €	13/11/2018	0,00€	0,00€	0,00€
	2511112 / 2511212	BANCO POPULAR PORTUGAL S.A.	0046-0125 0440014644	5 000 000,00 €	21/10/2019	1 306 421,81 €	1 306 421,81 €	0,00€
	2511113 / 2511213	BANCO SANTANDER TOTTA S.A.	309752683096	2 500 000,00 €	18/06/2020	770 966,92 €	512 045,43 €	258 921,49 €
	2511114 / 2511214	BANCO POPULAR PORTUGAL S.A.	0046-0125 0440017515	5 000 000,00 €	19/06/2020	1 902 482,08 €	1 264 702,32 €	637 779,76 €
	2511115 / 2511215	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A.	261157961	1 000 000,00 €	30/06/2020	309 275,35 €	205 280,88 €	103 994,47 €
	2511116	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A.	2501.004601.192	3 800 000,00 €		0,00 €	0,00 €	3 800 000,00 €
	2511103	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO S.A.	4-2726487.039.001	2 000 000,00 €		1 630 000,00 €	0,00 €	1 950 000,00 €
TUB	2511105	BANCO SANTANDER TOTTA S.A.	318246619097	2 500 000,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €
	2511111	Caixa Geral Depósitos	9015/008159/992	1 500 000,00 €	31/12/2019	995 000,00 €	0,00 €	1 180 000,00 €
	2511121	Millennium BCP	45465514469	1 500 000,00 €	31/12/2019	728 000,00 €	0,00 €	920 000,00 €
	2511141	Banco BPI	5512138-035-001	1 000 000,00 €	31/12/2019	620 000,00 €	0,00 €	730 000,00 €
	2511151	Banco Santander, S.A	52939366020	2 000 000,00 €	31/12/2019	1 930 000,00 €	0,00 €	1 930 000,00 €
	2511161	Bankinter, S.A	549 206 753 745	1 000 000,00 €	31/12/2019	700 000,00 €	0,00 €	1 940 000,00 €
	2511181	Novo Banco	0002 2491 0603	1 000 000,00 €	31/12/2019	590 000,00 €	0,00 €	190 000,00 €
	2511231	CCAM, CRL - POSEUR	40280611993	2.850.000,00 €	31/12/2030	2 738 932,74 €	0,00 €	2 514 874,02 €
	TOTAL			197 888 492,14€		65 828 335,34 €	11 873 414,59 €	65 775 940,41€

V- Informações sobre saldos e fluxos financeiros

5.2 – Mapa de fluxos de caixa consolidado (Portaria n.º 474/2010 – Orientação n.º 1/2010, de 1 de Julho de 2010)

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		4 807 777,82 €	Despesas orçamentais		183 543 715,12 €
Execução orçamental	1 836 852,06 €		Correntes	130 655 964,19 €	
Operações de tesouraria	2 970 925,76 €		Capital	52 887 750,93 €	
Receitas orçamentais		183 354 161,55 €	Operações de tesouraria	6 397 540,29 €	6 397 540,29 €
Correntes	149 905 595,56 €				
Capital	33 429 508,37 €				
Outras	19 057,62 €				
			Saldo para a gerência seguinte		4 281 650,33 €
Operações de tesouraria	6 060 966,37 €	6 060 966,37 €	Execução orçamental	1 647 298,49 €	
			Operações de tesouraria	2 634 351,84 €	
Total		194 222 905,74 €	Total		194 222 905,74 €

Aos valores apresentados não foram retirados os fluxos de pagamentos e recebimentos relativos a operações recíprocas, não obstante, o saldo para a gerência seguinte não é influenciado.

VI- Informações relativas a compromissos

6.1 – Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including "CPH", "Braga", and various initials.

b) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição e valorizados pelo método da equivalência patrimonial para entidades em que o município detém influência significativa.

c) Existências

Foram valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, em que ambos os custos são determinados de acordo com as definições adotadas para o imobilizado conforme descrito no ponto a).

O método de custeio de saída de armazém adotado foi o custo médio ponderado.

d) Dívidas de e a terceiros

Foram expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as denominam.

e) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

f) Especialização do exercício

Os seus custos e proveitos são registados de acordo com o princípio da especialização no exercício a que dizem respeito.

7.2) – Cotações que tenham sido utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável.

VIII – Informações relativas a determinadas rubricas

8.1) – Despesas de Instalação e Despesas de investigação e de desenvolvimento

Não aplicável.

MAPA ATIVO BRUTO CONSOLIDADO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	82 441 629,51	-56 137 687,53	52 716,17	0,00	111,32	26 356 546,83
411 Partes de capital	68 097 156,85	-56 152 309,26	0,00	0,00	0,00	11 944 847,59
412 Obrigações e títulos de participação	2 504 241,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 504 241,00
414 Investimentos em imóveis	11 817 509,18	0,00	51 990,04	0,00	0,00	11 869 499,22
415 Outras aplicações financeiras	22 722,48	14 621,73	726,13	0,00	111,32	37 959,02
42 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	617 987 478,34	73 583,63	12 935 599,17	2 172 534,81	-636 649,63	628 874 381,92
421 Terrenos e recursos naturais	94 480 415,77	1 871 515,63	2 491 178,32	28 538,33	262 988,57	98 553 721,37
422 Edifícios e outras construções	305 469 927,79	-1 879 401,16	1 285 331,73	1 606,71	94 884,87	306 561 318,15
423 Equipamento básico	193 049 736,90	78 543,11	7 838 871,46	1 848 824,15	-1 164 710,88	197 921 273,84
424 Equipamento de transporte	10 151 809,15	0,00	566 942,25	260 603,37	-3 740,98	10 454 407,05
425 Ferramentas e utensílios	860 682,41	0,00	38 659,14	3 883,41	-361,59	893 074,85
426 Equipamento administrativo	11 672 625,40	2 926,05	710 947,37	32 962,25	176 568,59	12 186 242,04
427 Taras e vasilhame	20,38	0,00	0,00	0,00	0,00	20,38
429 Outras imobilizações corpóreas	2 302 260,54	0,00	3 668,90	0,00	1 605,20	2 304 324,24
43 IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	64 052,34	0,00	8 790,25	0,00	0,00	72 842,59
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e de desenvolvimento	64 052,34	0,00	8 790,25	0,00	0,00	72 842,59
433 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44 IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	15 844 845,59	800 415,89	12 088 630,91	0,00	-300 852,74	20 937 656,85
441 Imobilizações em curso de investimentos financeiros	128 596,50	0,00	879 639,97	0,00	0,00	1 008 236,47
442 Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	9 661 791,10	777 796,58	7 363 451,94	0,00	-287 577,11	12 047 580,34
443 Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	286 593,24	0,00	155 395,63	0,00	-13 275,63	399 242,98
445 Imobilizações em curso de bens de domínio público	5 767 864,75	22 619,31	3 690 143,37	0,00	0,00	7 482 597,06
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	278 126 640,46	285 863,46	7 692 192,26	0,00	193 111,61	291 601 870,99
451 Terrenos e recursos naturais	26 988 932,75	253 378,17	2 392 029,82	0,00	5 048,97	29 696 316,14
452 Edifícios	4 020 254,49	0,00	0,00	0,00	0,00	7 408 276,85
453 Outras construções e infraestruturas	247 117 453,22	32 485,29	5 300 162,44	0,00	188 062,64	254 497 278,00
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL.....	994 464 646,24	-54 977 824,55	32 777 928,76	2 172 534,81	-744 279,44	967 843 299,18

8.2) – Movimentos corridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

MAPA DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES CONSOLIDADO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
48 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	331 542 552,77	22 878 240,91	3 851 393,49	350 569 400,19
481 De investimentos em imóveis	2 908 001,27	135 698,11	0,00	3 043 699,38
4811 Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4812 Edifícios e outras construções	2 908 001,27	135 698,11	0,00	3 043 699,38
482 De imobilizações corpóreas	160 129 051,39	13 362 180,97	3 665 902,60	169 825 329,76
4821 Terrenos e recursos naturais	455,45	16 156,64	0,00	16 612,09
4822 Edifícios e outras construções	47 345 359,34	4 401 153,93	65 740,09	51 680 773,18
4823 Equipamento básico	92 610 353,54	7 728 409,54	3 129 385,22	97 209 377,86
4824 Equipamento de transporte	7 357 376,96	521 342,25	264 344,35	7 614 374,86
4825 Ferramentas e utensílios	658 392,08	61 001,93	4 457,67	714 936,34
4826 Equipamento administrativo	10 283 521,11	552 423,22	200 370,07	10 635 574,26
4827 Taras e vasilhame	20,38	0,00	0,00	20,38
4829 Outras imobilizações corpóreas	1 873 572,53	81 693,46	1 605,20	1 953 660,79
483 De imobilizações incorpóreas	55 731,82	4 889,69	0,00	60 621,51
4831 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
4832 Despesas de investigação e de desenvolvimento	55 731,82	4 889,69	0,00	60 621,51
4833 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
485 De bens de domínio publico	168 449 768,29	9 375 472,14	185 490,89	178 010 731,32
4851 Terrenos e recursos naturais	1 036 895,11	372 491,89	0,00	1 409 387,00
4852 Edifícios	1 413 427,34	442 758,01	0,00	1 856 185,35
4853 Outras construções e infraestruturas	165 999 445,84	8 560 222,24	185 490,89	174 374 177,19
4855 Bens de património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
4859 Outros bens de domínio publico	0,00	0,00	0,00	0,00
49 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
491 Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
492 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
493 ...	0,00	0,00	0,00	0,00
495 Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	331 542 552,77	22 878 240,91	3 851 393,49	350 569 400,19

8.3) – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período:

Não aplicável.

8.4) – Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram:

Não aplicável.

8.5) - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respectivos preços de mercado:

Não aplicável.

8.6) - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado:

Não aplicável.

8.7) - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor:

Não aplicável.

8.8) - Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão:

Não aplicável.

8.9) - Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável:

Não aplicável.

Handwritten signatures and initials:
 ef h3
 Quê
 (initials)
 (initials)
 (initials)
 (initials)
 (initials)

8.10) - Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

Designação	Mercado interno	Mercado externo
Vendas de mercadorias	2 918,61 €	
Vendas de produtos	7 898 946,94 €	0,00 €
Prestações de Serviços	36 686 283,45 €	62 171,19 €
Total	44 588 149,00 €	62 171,19 €

8.11) - Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 4.5.2.2. das instruções “Consolidação de Contas pelos Municípios” provindas do SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL) e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

8.12) - Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros:

Não aplicável.

8.13) - Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:

	Nome	Direção/Administração		
		Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Período de Responsabilidade
TUB	Miguel Sopas de Melo Bandeira	Presidente do Conselho de Administração	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
	Teotónio Luis Vieira Andrade dos Santos	Vogal do Conselho de Administração	29 718,06	01-01-2019 a 31-12-2019
	Sandra Cristina Leitão Cerqueira	Vogal do Conselho de Administração	29 469,32	01-01-2019 a 31-12-2019
			59 187,38	
InvestBraga	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente do Conselho de Administração	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
	Carlos Duarte Oliveira e Silva	Administrador Executivo	30 501,00	01-01-2019 a 31-12-2019
	Cláudia Maria Neves Simões	Administradora Não Executiva	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
			30 501,00	
Bragahabit	Olga Maria Esteves de Araújo Pereira	Presidente do Conselho de Administração	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
	Vítor Manuel Esperança Ribeiro	Administrador Executivo	30 398,62	01-01-2019 a 31-12-2019
	Miguel Sopas de Melo Bandeira	Vogal do Conselho de Administração	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
			30 398,62	
Agere	Rui Manuel Sá Morais	Presidente não executivo	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
	António Jorge Almeida da Silva	Administrador Executivo	29 777,72	01-01-2019 a 31-12-2019
	Paula Nivea Nunes Campos Monteiro	Administrador Executivo	30 294,82	01-01-2019 a 31-12-2019
			60 072,54	
Teatro Circo	Cláudia Teixeira Leite	Vogal (membro executivo)	27 745,42	01-01-2019 a 31-12-2019
	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente (membro não executivo)	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
	Lídia Brás Dias	Vogal (membro não executivo)	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
			27 745,42	
Município	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente	40 001,96	01-01-2019 a 31-12-2019
	Firmino José Rodrigues Marques	Vereador	29 842,91	01-01-2019 a 31-12-2019
	Lídia Brás Dias	Vereadora	30 880,07	01-01-2019 a 31-12-2019
	João Vasconcelos Barros Rodrigues	Vereadora	29 735,56	01-01-2019 a 31-12-2019
	Maria Sameiro Macedo Araújo	Vereadora	29 632,90	01-01-2019 a 31-12-2019
	Altino Bernardo Lemos Bessa	Vereador	29 857,31	01-01-2019 a 31-12-2019
	Miguel Sopas Melo Bandeira	Vereador	34 686,63	01-01-2019 a 31-12-2019
	Liliana Angélica Costa Matos Pereira	Vereadora	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
	Jorge Miguel de Assis Caldeira Cruz Corais	Vereador	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
	Artur Jorge de Oliveira Feio	Vereador	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
	Alberto Carlos Carvalho de Almeida	Vereador	0,00	01-01-2019 a 31-12-2019
			224 637,34	
	TOTAL		432 542,30	

CP 50
Braga

8.14) - Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação:

Não aplicável.

8.15) - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:

Não aplicável.

8.16) - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Não aplicável.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large 'A' and various initials.

8.17) - Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros Suportados	599 023,54 €	614 122,55 €	781	Juros Obtidos	6 348,52 €	34 645,50 €
682	Perdas em Entidades Participadas	- €	- €	782	Ganhos em Entidades Participadas	11 980,86 €	66 044,17 €
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	- €	- €	783	Rendimentos de Imóveis	2 967 094,30 €	2 899 197,24 €
684	Provisões para Aplicações Financeiras	- €	- €	784	Rendimentos de Participações de Capital	- €	- €
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	- €	- €	785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	- €	277,84 €
687	Perdas na Alienação de Aplicações	- €	- €	786	Desconto de Pronto Pagamento Obtidos	89 979,68 €	84 345,50 €
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	34 896,41 €	3 261,16 €	787	Ganhos na Alienação de Aplicações	- €	- €
				788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	156 094,30 €	92 325,98 €
				789	Reposições	- €	- €
	Resultados Financeiros	2 597 577,71 €	2 559 452,52 €				
		3 231 497,66 €	3 176 836,23 €			3 231 497,66 €	3 176 836,23 €









8.18) - Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de Capital Concedidas	1 090 655,94 €	1 424 565,27 €	791	Restituição de Impostos	- €	- €
692	Dívidas Incobráveis	- €	16 300,12 €	792	Recuperação de Dívidas	- €	1 762,93 €
693	Perdas em Existências	65 645,85 €	110 677,74 €	793	Ganhos em Existências	7 332,66 €	63 379,48 €
694	Perdas em Imobilizações	709 867,93 €	26 152,60 €	794	Ganhos em Imobilizações	286 088,67 €	141 890,55 €
695	Multas e Penalidades	155 915,50 €	312,96 €	795	Benefícios de Penalidades Contratuais	47 243,35 €	84 053,65 €
696	Aumento de Amortizações e de Provisões	- €	280 711,23 €	796	Reduções de Amortizações e de Provisões	156 632,43 €	904 102,64 €
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	203 052,04 €	261 245,53 €	797	Correções relativas a Exercícios Anteriores	2 007 262,26 €	539 716,54 €
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	150 986,95 €	388 661,50 €	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 875 796,65 €	3 494 274,60 €
	Resultados Extraordinários	2 004 231,81 €	2 720 553,44 €				
		4 380 356,02 €	5 229 180,39 €			4 380 356,02 €	5 229 180,39 €

Handwritten signatures and initials, including "52/50" and "D. M. A.".

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the number 53 and various initials.

8.19) - Desdobramento das contas de provisões e movimentos do exercício:

Código das Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	6 423 847,17	1 316 528,80	745 553,44	6 994 822,53
292	Provisões para riscos e encargos	7 542 132,19	0,00	126 145,52	7 415 986,67
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signatures and initials: "EP 5h", "Quero", and others.

8.20) - Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos:

	Designação dos Bens	Valor Aquisição	Amortização Capital	Valor em Dívida
Agere	Contrato nº CP DCI (Contadores/Emissores)	1 648 800,00 €	1 648 800,00 €	0,00 €
	Contrato nº 200060 - 6 viaturas p/recolha	1 073 277,72 €	1 073 277,72 €	0,00 €
	Contrato nº 201040 (18-NL-02)	22 299,90 €	22 299,90 €	0,00 €
	Contrato nº 202403 (74-NS-29)	107 625,00 €	107 625,00 €	0,00 €
	Contrato nº 203238 (23-OC-05)	72 995,58 €	72 995,58 €	0,00 €
	Contrato nº 203303 (01-NO-82)	125 938,33 €	125 938,33 €	0,00 €
	Contrato nº 203469 (Enermeter - contadores e outros)	564 324,00 €	564 324,00 €	0,00 €
	Contrato nº 2057976 (35-LM-05)	191 572,50 €	191 572,50 €	0,00 €
	Contrato nº 2059413 (10 viaturas)	207 010,23 €	207 010,23 €	0,00 €
	Contrato nº 58 100 (49-LV-88)	45 799,05 €	45 799,05 €	0,00 €
	Contrato 30037144 (68-LV-30)	22 000,00 €	22 000,00 €	0,00 €
	Contrato 30037142 (68-LV-32)	22 000,00 €	22 000,00 €	0,00 €
	Contrato 30037141 (05-MC-15)	26 937,00 €	26 937,00 €	0,00 €
	Contrato nº 038.44.000080-0 (82-ND-74)	22 140,00 €	22 140,00 €	0,00 €
	Contrato nº 639/03/2014 (contadores)	564 324,00 €	533 526,39 €	0,00 €
	Contrato nº 540-0746299 (56-OL-09)	168 530,10 €	168 530,10 €	0,00 €
	Contrato nº 540-0746334 (56-OL-11)	127 853,99 €	127 835,63 €	18,36 €
	Contrato nº 540-0746335 (04-OM-71)	240 792,59 €	240 758,07 €	34,52 €
	Contrato nº 540-0746336 (61-OL-25)	79 500,00 €	79 488,69 €	11,31 €
	Contrato nº 540-0746337 (61-OL-27)	44 649,98 €	44 643,51 €	6,47 €
	Contrato nº 540-0746338 (61-OL-26)	46 650,00 €	46 643,40 €	6,60 €
	Contrato n.º 10026771 (5)	141 219,25 €	116 461,66 €	24 757,59 €
	Contrato n.º 10027026 (5 equipamentos)	1 939 807,69 €	882 868,95 €	1 056 938,74 €
	Contrato n.º 10027048 (contentores)	468 629,94 €	174 675,50 €	293 954,44 €
	Contrato m.º 10027074 (91XG-71)	99 507,00 €	6 519,39 €	92 987,61 €
	Contrato n.º 1930054200	46 450,00 €	6 847,69 €	39 602,31 €
	Contrato n.º 1930054400	47 950,00 €	7 068,75 €	40 881,25 €
	Contrato n.º 1930054300	46 450,00 €	6 847,71 €	39 602,29 €
	Contrato n.º 1930054100	46 450,00 €	6 847,71 €	39 602,29 €
	Contrato n.º 10027072 (12)	230 920,20 €	30 140,94 €	200 779,26 €
	Contrato n.º 10027059 (contentores)	549 994,50 €	80 690,01 €	469 304,49 €
	Contrato n.º 100114976 (contentores superfície e enterrados)	2 895 299,47 €	297 678,20 €	2 597 621,27 €
	Contrato n.º 100120090 (Chassi c/ grua)	330 870,00 €	16 345,14 €	314 524,86 €
	Contrato n.º 100120607 (viaturas elétricas)	184 426,20 €	9 103,92 €	175 322,28 €
Bragahabit	Contrato nº 10084598-Computadores	12 114,95 €	12 114,95 €	0,00 €
	Contrato nº 10084599-Servidor HP Proliant	7 859,50 €	7 859,50 €	0,00 €
	Santander Totta (leasing)	23 500,00 €	9 172,20 €	14 327,80 €
TUB	MERCEDES BENZ CONT 133945 VIAT LIG PASS 58-VU-66	31 446,44 €	6 289,29 €	25 157,15 €
	Total	12 527 915,11 €	7 071 676,61 €	5 425 440,89 €

8.21) - Valor global das dívidas que se encontram tituladas por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas:

Não aplicável.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '55' and several illegible signatures.

IX Acontecimentos após a data do balanço

A Organização Mundial de Saúde decretou, no passado mês de março, o estado de pandemia mundial, em virtude do número crescente de casos de infeção da população com o novo coronavírus, designado de Covid-19. Em Portugal, e tendo em vista o controlo atempado e eficiente da propagação do vírus, o Governo e as demais autoridades de saúde implementaram um conjunto de iniciativas de cariz extraordinário, com implicações diretas e relevantes na população, no tecido empresarial e nos organismos públicos.

O grupo municipal acompanha de forma atenta e vigilante os desenvolvimentos desta situação, a qual, dada a sua natureza, tem inerente um elevado grau de incerteza, quer quanto à duração, quer quanto à magnitude e extensão dos seus efeitos. É, assim, intenção proceder de forma contínua, e tendo por base a melhor informação disponível à data, a uma adequada avaliação dos impactos (diretos e indiretos) decorrentes desta pandemia, quer do ponto de vista económico-financeiro, quer do ponto de vista operacional e das condições de evolução futura da atividade do grupo municipal. Está, de igual modo, ativamente empenhado em implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar os danos que daí possam advir para o grupo municipal, para os seus colaboradores e para todos os agentes económicos com quem se relaciona.

Refira-se, por último, que, não obstante os impactos (ou potenciais impactos) decorrentes do aparecimento da pandemia COVID-19, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação destas demonstrações financeiras, se mantém apropriado.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Braga** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 675 348 379 euros e um total de fundos próprios de 464 832 084 euros, incluindo um resultado líquido de 5 438 286 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Braga** em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião com reservas

1. Apesar da evolução positiva verificada nos últimos exercícios, decorrente da utilização do novo ERP contabilístico no Município e de algumas melhorias ao nível do controlo interno, consideramos que ainda não nos foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada para aferir acerca da integralidade e rigor dos proveitos provenientes de taxas, impostos indiretos e serviços específicos prestados pela autarquia, bem como sobre as condições de realização das correspondentes contas a receber associadas aos referidos proveitos. Deste modo, não nos é possível apurar, nem quantificar, a eventual necessidade de ajustamentos no resultado consolidado do exercício, resultados transitados e ativo do Grupo decorrentes da situação descrita.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Ênfases

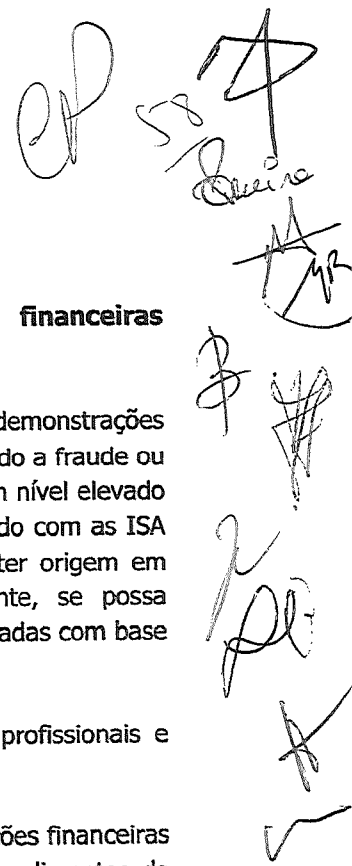
1. Conforme divulgado no Relatório e Contas de 2019, chamamos a atenção para o facto de a atual situação de pandemia por Covid-19 ter já originado uma redução no nível de atividade de algumas entidades que compõe o perímetro intermunicipal, no corrente ano de 2020 e que se poderá traduzir em impactos económicos e financeiros ainda difíceis de quantificar. Todavia, e apesar do contexto de incerteza que caracteriza esta situação, o Executivo continua a acompanhar de forma atenta e diligente os desenvolvimentos da mesma, procurando proceder continuamente a uma avaliação dos impactos (diretos e indiretos) e também implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar os danos que daqui possam advir para o Município de Braga, os seus colaboradores e todos os agentes económicos com quem se relaciona.
2. Tal como se tem vindo a verificar nos exercícios anteriores, não foram reconhecidas pelo Município as Indemnizações Compensatórias que este se propunha a transferir para a sua participada AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., uma vez que o Tribunal de Contas ainda não emitiu o competente e necessário visto relativamente aos exercícios de 2013 a 2019. Os efeitos decorrentes desta situação encontram-se devidamente contemplados e ajustados nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme divulgado no Anexo consolidado (em resultados transitados, os montantes referentes aos exercícios de 2013 a 2018, e no resultado líquido consolidado o montante relativo ao exercício 2019).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

– obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 10 de julho de 2020

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Thomomus

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro, (ROC 557; CMVM 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

EP 60
Seleção
AB
P
Li
X
W

RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

EXERCÍCIO DE 2019

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Braga** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que vimos fazer nos termos seguintes:

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Município;
- b) o desenvolvimento dos nossos trabalhos sobre as contas consolidadas contou com a colaboração por parte do Município, dos intervenientes e responsáveis aos diversos níveis, que se mostraram interessados em discutir e acolher as sugestões de melhoria por nós apresentadas.

2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos,

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise dos procedimentos de controlo interno instituídos, particularmente os relacionados com o processo de consolidação, e à avaliação da respetiva efetividade de aplicação;
- d) à análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão Consolidado.

3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as observações seguintes:

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão Consolidados satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial e financeira do Grupo no exercício em causa, nos termos da opinião que nesta data expressamos na certificação legal das contas consolidadas (a qual inclui uma reserva e duas ênfases);

1
7.1



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- b) verificamos que, de um modo geral, foram seguidas as instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, com vista à elaboração das demonstrações financeiras e anexo consolidados;
- c) apesar da evolução verificada ao nível dos procedimentos de controlo interno, reiteramos que deverá manter-se uma política de melhoria contínua dos mesmos.

4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

- a) as Contas Consolidadas do Município e o respetivo Relatório de Gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da certificação legal das contas consolidadas e das notas anteriores, merecem globalmente uma apreciação positiva.

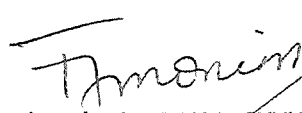
Devemos salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores aos diversos níveis.

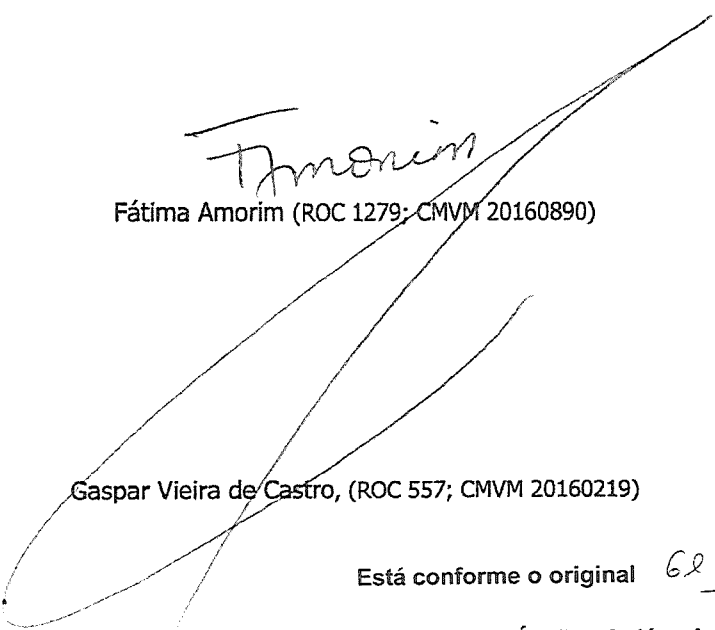
Braga, 10 de julho de 2019

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por


Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)


Gaspar Vieira de Castro, (ROC 557; CMVM 20160219)

Está conforme o original

Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos

